

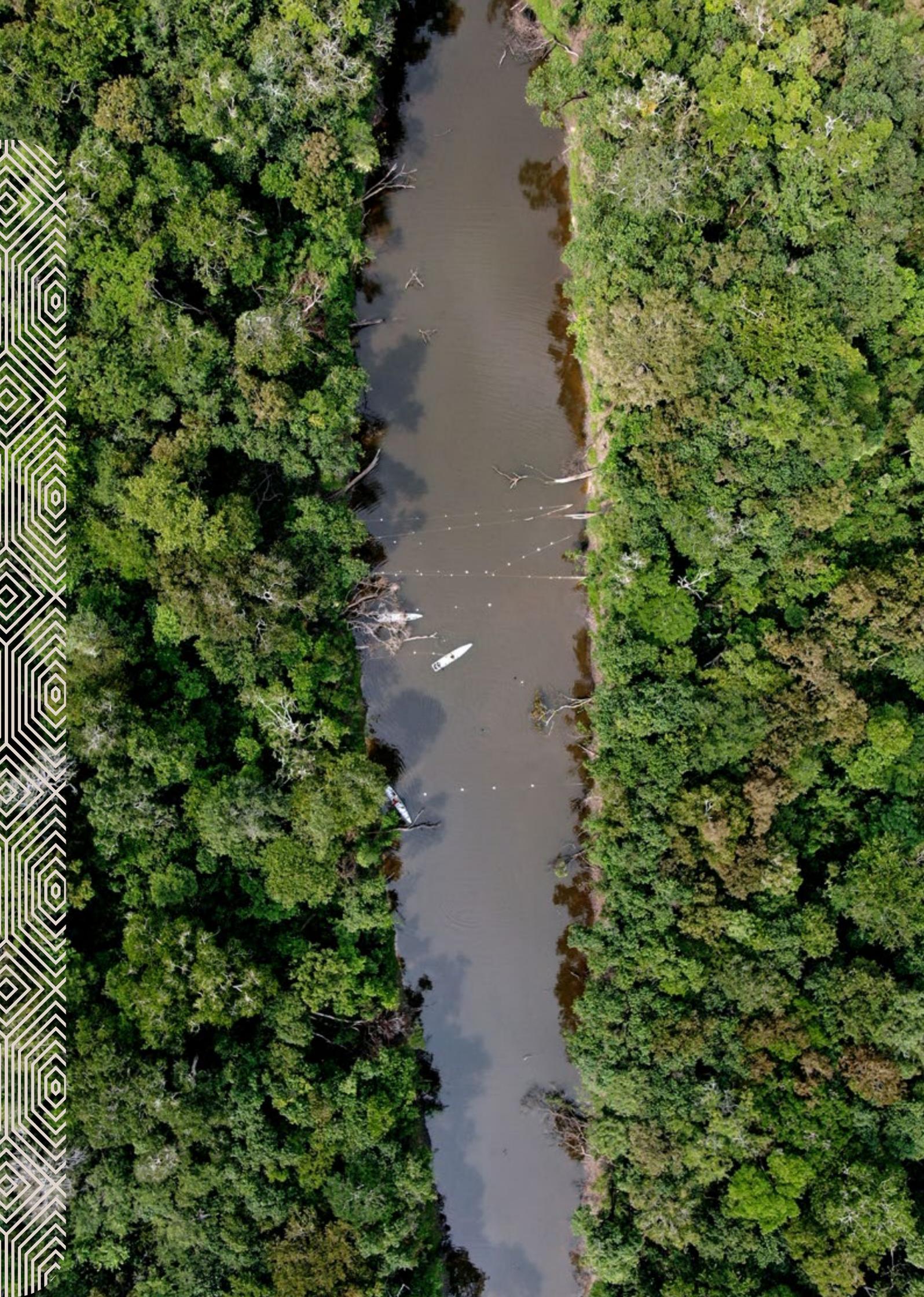
Relatório Institucional 2023





SUMÁRIO

Apresentação	5
Amazonas	13
Mato Grosso	29
Transparência	45



APRESENTAÇÃO

Agora, mais do que nunca, é a hora de reconhecer o grande conhecimento ancestral dos povos indígenas no controle dos ambientes de seus territórios.

Com as diferentes maneiras de viver, tecnologias de plantios, manejo do fogo e a diversidade de aprendizados que permearam (e permeiam) seus percursos, forjaram espaços espetaculares e capazes de proporcionar existências de felicidade.

A partir da chegada dos europeus, esses ambientes ganharam outras paisagens que agora refletem em um planeta desequilibrado, sob ameaça.

Frente a isso, uma parcela da população segue tentando se proteger, cuidando do ambiente onde vive.

Neste relatório institucional, você poderá conhecer algumas iniciativas de povos indígenas de Mato Grosso e do Amazonas no enfrentamento de projetos danosos, por meio da gestão de seus territórios, com o cultivo de boa alimentação e relações de união em prol das causas comuns.

Também poderá saber mais sobre os objetivos da OPAN, que está hoje com 55 anos, atuando lado a lado com os indígenas, mesmo com aqueles povos não contatados, aos quais apoiamos no monitoramento e proteção de seus territórios.

Nesse percurso, com resultados e novos desafios a cada ano, como será possível conhecer neste relato, a atuação sempre é conjunta com organizações, redes e parceiros, que, assim, engrandecem o esforço dos trabalhos.

Boa leitura!

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Coordenador geral da OPAN



Voo das araras na aldeia Bacaval, na Terra Indígena Utiariti. Foto: Adriano Gambarini/OPAN

NOVA VISÃO ESTRATÉGICA

A cada cinco anos, a Operação Amazônia Nativa revisa e atualiza caminhos para sua atuação junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais do Amazonas e de Mato Grosso. O planejamento 2023–2027 entrelaçou experiências vividas nos territórios com expectativas para ações no presente e no futuro próximo.

A escuta continuada e reflexão dedicada das equipes dos Programas Amazonas, Mato Grosso e de Direitos Indígenas, membros da OPAN e parceiros resultaram em uma nova visão estratégica. Com a pandemia da Covid-19 e seus efeitos posteriores nas dinâmicas de sociabilidade, a metodologia de trabalho pautada na ação direta, por meio do convívio e do envolvimento no cotidiano das aldeias, foi aprimorada.

O retorno ao “chão da aldeia” considerou a mudança do cenário político no poder executivo, em 2023, e os contextos locais de regiões do Amazonas e de Mato Grosso que são diversos. No entanto, ameaças e pressões socioambien-

tais encaradas pelos povos tradicionais, advêm do mesmo modelo de desenvolvimento socioeconômico mesmo que em cenários distintos.

Construída ao longo de 2022 e 2023, a visão que guiará os caminhos da OPAN até 2027 ganhou contornos mais precisos, após diversas reuniões entre as equipes, dedicadas a compreender as principais questões dos povos indígenas com os quais atua.

Visão de transformação

Povos indígenas informados e organizados para exercerem com autonomia a defesa e gestão dos seus territórios, para incidência no cenário político de forma qualificada e para adoção de economias que protejam a sociobiodiversidade, sendo melhor reconhecidos como sujeitos ativos na sociedade, com suas culturas e modos de vida assegurados e valorizados.

A estratégia de atuação conta com três eixos:



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS



AÇÃO
POLÍTICA E
COMUNICAÇÃO

Neste relatório, com as principais atividades realizadas em 2023 ou que tiveram início nesse período, já é possível perceber que existem resultados diretos em todos os eixos do planejamento. As ações em rede, de monitoramento de pressões e ameaças, processos formativos nas

áreas de proteção territorial, garantia de direitos e comunicação, além do apoio às iniciativas que geram renda e protegem a sociobiodiversidade são alguns dos destaques.

COMO ATUAMOS

A OPAN está organizada em três programas institucionais: Programa Amazonas, Programa Mato Grosso e Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade.

PROGRAMA AMAZONAS

No Amazonas, a equipe da OPAN atua na bacia do rio Purus com os povos indígenas Apurinã, Jamamadi, Paumari do Tapauá e Banawa, além de comunidades extrativistas ribeirinhas da Reserva Extrativista Ituxi. Na bacia do rio Madeira atua com o povo Tenharim; na bacia do Juruá, com os povos Deni e Kanamari, e compõe o Fórum Território Médio Juruá. No médio rio Solimões, a parceria se dá com apoio ao fortalecimento institucional com a Associação dos Comunitários que Trabalham com o Desenvolvimento Sustentável no Município de Jutai (ACJ).

As principais ações são:

- Fortalecimento das organizações indígenas
- Gestão ambiental e territorial
- Monitoramento da conservação da biodiversidade
- Apoio à vigilância territorial comunitária
- Cadeias da sociobiodiversidade
- Práticas agroecológicas

PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE (PDI)

As equipes do Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade (PDI) trabalham de forma transversal aos programas Amazonas e Mato Grosso e desenvolvem ações integradas em níveis local, regional, nacional e internacional.

O PDI apoia a incidência dos povos indígenas em questões que tratam de ameaças sobre direitos constitucionais e realiza monitoramentos de pressões aos territórios indígenas e de comunidades tradicionais.

Também atua na:

- Valorização do patrimônio cultural indígena
- Formação na área do direito, com especial atenção à consulta livre, prévia e informada
- Incidência e qualificação do debate sobre mudanças climáticas



Preparo de farinha do povo Apurinã.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

- Comunicação, informação à sociedade e apoio à mobilização indígena e não indígena através de campanhas e comunicação popular
- Monitoramento territorial e publicação de estudos, pesquisas e sistematização didática de informações socioambientais
- Incidências para a regularização fundiária de terras indígenas

PROGRAMA MATO GROSSO

Em Mato Grosso, a OPAN atua na bacia do rio Juruena com os povos Apiaká, Rikbaktsa e Paresi; no Leste do estado, com os Xavante de Marãiwatsédé,

os Tapirapé, Kanela do Araguaia, Maxacali e Krenak. No Oeste do estado, passou a desenvolver atividades com o povo Chiquitano, em apoio à regularização fundiária e à segurança alimentar.

Outros temas de atuação:

- Gestão territorial
- Vigilância e monitoramento dos territórios
- Fortalecimento das organizações indígenas
- Formação política
- Fomento das cadeias da sociobiodiversidade e geração de renda
- Soberania alimentar
- Desenvolvimento sustentável



Urucum colhido entre os Rikbaktsa. Foto: Ana Caroline de Lima/OPAN

ONDE ATUAMOS

AMAZONAS

A OPAN atua em parceria com povos indígenas e comunidades tradicionais nos territórios localizados em quatro bacias hidrográficas ao Sul e Sudoeste do Amazonas:

Bacia do Purus
Bacia do Madeira
Bacia do Juruá
Bacia do Solimões

MATO GROSSO

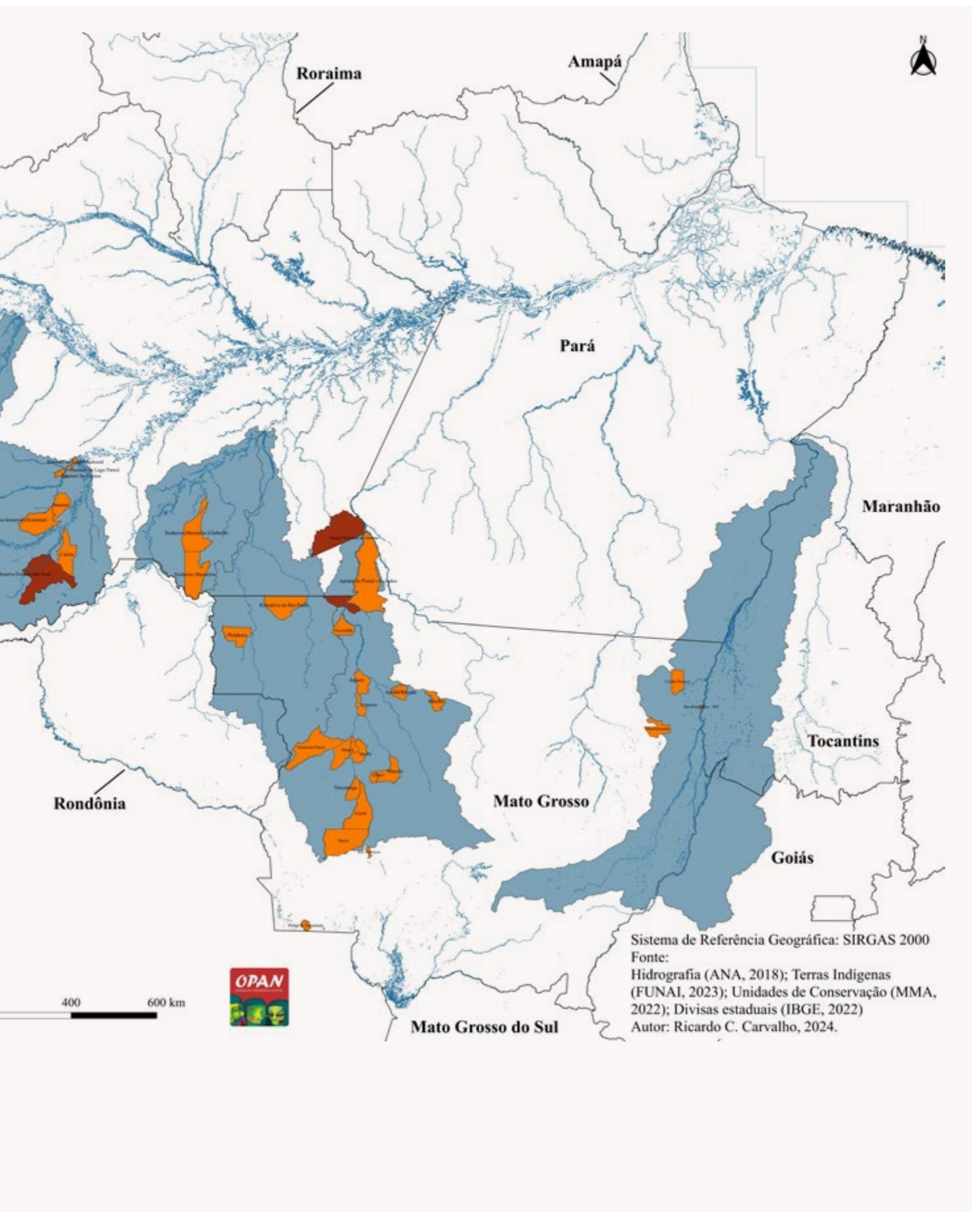
No Leste e Oeste de Mato Grosso, a OPAN atua nas regiões dos rios Araguaia, Xingu, Juruena e Guaporé/Paraguai, na divisa com a Bolívia.

Bacia do Juruena
Bacia do Araguaia
Bacia do Paraguai



-  Hidrografia
-  Terras Indígenas com atuação da OPAN
-  UCs de atuação da OPAN
-  Bacias hidrográficas de atuação da OPAN
-  Brasil

200 0 200





AMAZONAS

Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Coletivo do Pirarucu consolida parcerias e aprimora governança coletiva. Foto: Talita Oliveira/OPAN

O MANEJO DE PIRARUCU NO AMAZONAS

Viver em comunhão com as águas e estar nos lagos para o encontro com o pirarucu (Arapaima gigas), um dos maiores peixes de água doce do mundo e nativo da Amazônia. Para povos indígenas e comunidades ribeirinhas do Amazonas, o manejo de pirarucu é sinônimo de fortalecimento de suas organizações, geração de renda, conservação e promoção da sociobiodiversidade.

Em 2023, o alerta para os impactos das mudanças climáticas em biomas e territórios arduamente protegidos pelos povos tradicionais, organizações indígenas, comunitárias e indigenistas foi acionado. A seca recorde dos maiores rios da Bacia Amazônica e de outros corpos d'água fundamentais para a atividade pesqueira revelou

a urgência do enfrentamento à crise climática para salvar os modos de vida e os territórios.

O manejo promove a manutenção da biodiversidade e envolve o conhecimento tradicional e governança local para a gestão do território. Está atrelado ao monitoramento territorial das terras indígenas e seus entornos por meio de vigilâncias, organizadas por cada povo e comunidade, e a construção de acordos coletivos para o uso sustentável dos recursos naturais. A pesca predatória ainda é uma das principais ameaças ao modo de vida sustentável das comunidades.



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS



AÇÃO
POLÍTICA E
COMUNICAÇÃO



vação da biodiversidade dos territórios também é prioridade para o grupo. A última reunião de 2023 contou com 60 participantes que debateram os resultados do último manejo e os impactos da estiagem na captura e transporte do pescado, o processo para a certificação orgânica do pirarucu, aprimoramentos da governança coletiva, atualização de pesquisas, dentre outros assuntos.

Uma das frentes de atuação do Coletivo do Pirarucu é a comercialização através da marca coletiva “Gosto da Amazônia”, coordenada pela Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), pela qual se mobiliza a produção de áreas de manejo integrantes da rede e o beneficiamento e a distribuição do produto, com uma série de ações de promoção e marketing. As produções de pirarucu manejado dos povos Deni do Xerua e Paumari do Tapauá são destinados a este arranjo comercial.

O Coletivo do Pirarucu é uma rede que tem por objetivo o desenvolvimento conjunto de estratégias de valorização e fortalecimento do manejo participativo do pirarucu em todos os elos desta cadeia da sociobiodiversidade. Busca mecanismos para melhoria da comercialização almejando mercados que remunerem de forma justa os protagonistas do manejo. Também tem participação ativa no controle social, discussões e proposições das políticas públicas relacionadas aos territórios. Reúne cerca de 280 comunidades em 29 áreas de manejo do estado, entre Reservas Extrativistas, Terras Indígenas, Áreas de Acordo de Pesca e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, abrangendo 17 municípios nas bacias dos rios Purus, Negro, Juruá e Solimões. Além das representações do manejo, também participam organizações de apoio direto e órgãos governamentais relacionados à atividade.

O reconhecimento e a valorização da tecnologia social do manejo do pirarucu para a conser-

“O foco do manejo é a alimentação, a fartura e todos os benefícios que as atividades de proteção e vigilância vêm gerando para os territórios. Não é só dinheiro”, afirma Rogério Apurinã, da Terra Indígena Itixi-Mitari.

MÉDIO SOLIMÕES JUTAÍ



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS

A Associação dos Comunitários que Trabalham com Desenvolvimento Sustentável no Município de Jutai (ACJ) reúne mais de 600 manejadores, de 40 comunidades indígenas e ribeirinhas, e também faz parte do Coletivo do Pirarucu. Nos últimos anos a ACJ gera uma produção anual de cerca de 250 toneladas de pirarucu manejado, com uma receita de mais de R\$ 1.000.000,00 no município por meio desta atividade sustentável.

No último ano o manejo de Jutai também sofreu com a grande estiagem. Parte das comunidades decidiu não pescar a cota autorizada por dificuldades logísticas de captura e escoamento da produção dos lagos para a sede do município. A produção de 2023 foi concluída com aproximadamente 170 toneladas (70% da cota autorizada) com receita em torno de R\$ 900.000,00.

A maior parte foi adquirida por comerciantes/atravessadores e frigoríficos de pescado; a outra porção da produção foi destinada para o mercado institucional, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Por meio desta iniciativa, feita

em parceria entre a ACJ e a Prefeitura de Jutai, há sete anos a associação reserva entre 30 e 45 toneladas do pescado, que é destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social no município.

A incidência exercida pelos manejadores e pela ACJ resultaram em mais uma conquista na luta por acesso e melhoria das políticas públicas: a subvenção municipal para o pescado no município de Jutai, sendo o decreto da política publicado em dezembro de 2023 e agora em processo de operacionalização através de chamada pública.

BACIA DO PURUS POVO PAUMARI



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS



EQUIDADE
DE GÊNERO



AÇÃO
POLÍTICA E
COMUNICAÇÃO

A 11ª Pesca de Pirarucu do povo Paumari do rio Tapuá exigiu as habilidades e experiências acumuladas em mais de uma década de manejo para coordenar o trabalho no território.

A estiagem dificultou a locomoção dos manejadores aos lagos e foi necessário estender o prazo da pesca para 20 dias, ao invés de 12 ou 15 dias como nos anos anteriores. O acesso aos lagos também foi feito por terra com o auxílio de quadriciclo para trans-



Distribuição de pirarucu em Jutai. Foto: ACJ



Realização da pesca manejada de pirarucu do povo Paumari em 2023. Foto: José da Cunha Reis

portar os peixes. Pela primeira vez, por conta da seca, os flutuantes permaneceram atracados na mesma posição aumentando o custo de deslocamento, concentrando a pesca em uma única parte do território. E mesmo com todo o empenho não foi possível capturar a cota de peixes planejada inicialmente.

As alterações de datas e de logística para capturar, transportar e armazenar os peixes em ambiente refrigerado impactaram no custo final

da pesca: houve um aumento de 20%. Apesar dos desafios, o resultado foi comemorado pelo povo Paumari.

Durante a pesca, foi iniciada a pesquisa para um diagnóstico antropológico do povo Paumari do Rio Tapauá e seu envolvimento coletivo com a realização do manejo do pirarucu, conduzida pela antropóloga Oiara Bonilla junto a equipe de indigenistas da OPAN.



Pré-beneficiamento do pescado.
Foto: Tainara Proença/OPAN.

11ª Pesca de Pirarucu do povo Paumari

Quantidade pescada - 650 peixes

Quantidade pescada - 495 pirarucus

30,5 toneladas de peixe

Receita de R\$ 240.740,80

Ampliação do manejo pesqueiro



APOIO ÀS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS



EQUIDADE
DE GÊNERO



AÇÃO POLÍTICA
E DE DIREITOS

Referência no manejo de pirarucu desde 2013, o povo Paumari elaborou um plano operacional piloto para a pesca da matrinxã; este planejamento foi subsidiado com informações técnicas a partir de construção entre o povo, a equipe da OPAN e contribuição de consultor especialista. O plano foi discutido e referendado durante a assembleia geral da Associação Indígena do Povo das Águas (AIPA), realizada em 2023 e o exercício piloto executado em 2024. Com os resultados, está sendo trabalhado o processo de avaliação de pontos relacionados ao plano operacional e à comercialização, com objetivo de qualificar os métodos e seguir com a implementação da atividade.

Fortalecimento das mulheres e da educação escolar indígena

A assembleia da AIPA, em 2023, também delibrou sobre a Coordenação da Organização de Encontros de Mulheres Indígenas com destinação de recursos para reuniões e eventos. O espaço permanente para articulação e organização das mulheres faz parte do projeto de futuro coletivo do povo.

Os encontros de mulheres resultam em trocas de saberes e experiências entre gerações, fortalecem a organização interna das famílias e contribuem para levantar reflexões sobre as relações de gênero do povo. As mulheres Paumari atuam na gestão da AIPA, nos projetos comunitários, em diversas funções no manejo de pirarucu e dedicam-se também à arte do teçume com fibras naturais.

A educação escolar também foi pauta do povo Paumari em 2023. Articulações e debates foram realizados com o objetivo de ampliar o acesso à educação básica integrada a cursos técnicos e construir um novo modelo de educação que atenda o contexto sociocultural do povo.



Lideranças Deusilene e Sara Paumari tecendo cestos tradicionais.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Unidade de SAF da aldeia Idecorá, na TI Caititu. Foto: Adriano Gambarini/OPAN

POVOS APURINÃ, BANAWA E JAMAMADI APURINÃ DA TERRA INDÍGENA CAITITU



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS

A Terra Indígena Caititu está localizada a menos de 2 km da cidade de Lábrea (AM), líder no ranking dos 50 municípios brasileiros que mais desmataram nos últimos quatro anos, de acordo com o MapBiomass. Uma barreira verde resiste ao avanço da monocultura: o povo Apurinã produz alimentos agroecológicos em 37 unidades de Sistemas Agroflorestais (SAFs), distribuídos em 21 aldeias.

Os SAFs dos Apurinã diminuíram a dependência de alimentos ultraprocessados e melhoram a segurança alimentar da comunidade, que tem disponível frutas, feijões, legumes e tubérculos,

como a mandioca/macaxeira, sem nenhum tipo de agrotóxico. Os produtos e subprodutos obtidos dos SAFs também contribuem na geração de renda do povo. A exemplo da farinha vendida diretamente aos consumidores da cidade.

- Os SAFs foram implementados ao longo da última década e atualmente somam uma área de 41,6 hectares
- As áreas conservadas apresentam melhora na qualidade do solo, na microbiota, na sensação térmica e atuam na absorção do carbono da atmosfera
- Com a área preservada, também é possível manter canteiros medicinais
- Abacaxi, banana, cupuaçu, biribá, ingá, caju, pupunha, tucumã, babaçu e outros alimentos são consumidos pelas comunidades, o excedente é comercializado para os moradores de Lábrea.



SAF da aldeia Novo Paraíso, TI Caititu. Foto: Adriano Gambarini/OPAN

1º Brigada Indígena Voluntária Apurinã

Para preservar os SAFs e evitar que os incêndios atinjam o território, os Apurinã iniciaram as articulações para a criação da 1ª Brigada Indígena Voluntária Apurinã, promovendo formações teóricas e práticas para manejar o fogo. A parceria da Associação de Produtores Indígenas da Terra Indígena Caititu (APITC) com a OPAN e a Coordenação Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) Médio Purus (CR – Médio Purus) tem como objetivo fortalecer a vigilância e proteção ao território. Os indígenas, que já atuam voluntariamente no combate a incêndios florestais na TI Caititu, solicitaram ao Ibama/PrevFogo a aplicação da formação teórica e prática avançada para brigadistas. A solicitação está em tramitação e aguarda resposta do órgão. Também foram adquiridos ferramentas e equipamentos necessários para o trabalho, como abafadores, bomba costal, capacete, luvas, entre outros.

Cadeias produtivas do açaí e da castanha-da-amazônia

A OPAN também apoia o povo Apurinã da TI Caititu no arranjo produtivo da castanha-da-amazônia e do açaí. Com 116 mil hectares de castanhas preservados, a atividade mantém a floresta em pé e garante renda para as famílias de coletores. O trabalho é referência no Amazonas e a cada ano é aprimorado um pouco mais, seja nas etapas de coleta e pré-beneficiamento ou na comercialização dos produtos.

A APITC atua em parceria com a Associação dos Produtores e Beneficiadores Agroextrativistas de Beruri (Assoab) no armazenamento, transporte e comercialização das castanhas. Em seis anos de manejo da castanha, a comunidade já vendeu 1.188 latas e arrecadou R\$ 77.173,48 para o fundo familiar.

Arranjo coletivo da castanha e do açaí 2023

Comercialização de 223 latas

Total bruto - R\$ 8.940,00

Capacitações em Direitos Indígenas



AÇÃO
POLÍTICA E
COMUNICAÇÃO

As práticas extrativistas e agroecológicas do povo Apurinã da TI Caititu representam a resistência deste povo ao modelo econômico que avança no entorno, baseado na monocultura e em uma visão mercantilista da terra. Buscando fortalecer ainda mais esta resistência, a partir de 2023 o povo Apurinã vem aprimorando seus conhecimentos acerca de seus direitos originários por meio das capacitações aos defensores e defensoras de direitos indígenas, realizada pela OPAN em parceria com a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp) e APITC. Entre setembro e dezembro de 2023 foram realizados nas aldeias da TI Caititu dois encontros que reuniram cerca de trinta participantes e mobilizaram conhecimentos relacionados aos direitos territoriais, culturais e sociais dos povos indígenas. Para além das capacitações, esta ação busca criar condições para que o povo Apurinã garanta com autonomia, protagonismo e segurança seus direitos de acesso à informação, participação e justiça.



Deslocamento para vigilância territorial entre os Banawa e Jamamadi. Foto: Arquivo Funai.

ações de vigilância. A oficina contou ainda com a participação de João Paumari, que compartilhou o histórico do trabalho de vigilância realizado pelo povo Paumari.

Entre os meses de agosto e setembro, a primeira vigilância territorial integrada tornou-se realidade: foram seis expedições ao longo do rio Curiá, mobilizando uma equipe de 15 pessoas. Em pequenas canoas de motor, os indígenas percorreram o Curiá ao longo de 12 horas, tempo necessário para cobrir toda a extensão deste curso d'água.

BANAWA E JAMAMADI Vigilância territorial integrada



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS

Os povos Banawa e Jamamadi participaram, em junho de 2023, de uma oficina de formação básica de vigilância territorial. Com apoio da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Madeira-Purus, da Funai, a formação realizada pela equipe de indigenistas da OPAN abordou a importância da gestão territorial, do planejamento, da preparação e do registro das

**Vigilância territorial na
salvaguarda das terras
indígenas: desencoraja
atividades ilegais
e, simultaneamente,
combate as emissões
provenientes do
desmatamento e da
degradação florestal.**



Extração de copaíba entre os Jamamadi. Foto: Adriano Gambarini/OPAN

O manejo da castanha-da-amazônia também é realizado pelo povo Banawa do rio Tapauá. Em 2023, 216 latas foram comercializadas de maneira coletiva e também com a participação da Assoab. A OPAN tem apoiado as atividades de vigilância territorial e organização interna do povo para manejo dos produtos da sociobiodiversidade.

A parceria de mais de uma década com o povo Jamamadi também foi destaque em 2023. A extração de produtos florestais não madeireiros, como o óleo de copaíba, já é uma prática de referência na região, tanto na coleta quanto no beneficiamento. Em 2023, 325 quilos de óleo de copaíba foram comercializados. A produção é feita durante todo o ano utilizando boas práticas que garantem a qualidade do produto.

RESERVA EXTRATIVISTA ITUXI



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS

As comunidades da Reserva Extrativista (Resex) Ituxi, situada no arco do desmatamento, em Lábrea (AM), têm atuado em parceria com os povos indígenas vizinhos e com a OPAN para

fortalecer os arranjos comerciais das cadeias da castanha-da-amazônia e do açaí. Em 2023, a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (Apadrit) realizou uma assembleia com as famílias extrativistas que buscam proteger o território e manter seus modos de vida tradicionais.

Monitoramento de pressões e ameaças



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL

Por ser um rio rico em recursos pesqueiros, o Ituxi garante a soberania alimentar das populações agroextrativistas e indígenas que habitam suas margens e também tem sua importância reconhecida pela população urbana de Lábrea, já que é fonte de uma grande diversidade de peixes migratórios que atendem também às necessidades alimentares dos moradores da cidade. Apesar de sua relevância ecológica, as nascentes do Ituxi estão localizadas em áreas já degradadas no estado do Acre e, por isso, os povos da floresta já apontam para a diminuição no nível das águas, prejudicando principalmente o tráfego fluvial.

Atenta a este contexto, a OPAN tem juntado esforços com organizações representativas das comunidades indígenas e extrativistas para a realização do monitoramento de pressões sobre o Ituxi que podem impactar ainda mais os modos de vida das populações locais.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES INDÍGENAS DO MÉDIO PURUS (FOCIMP)

A OPAN também atua em cooperação com a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp) que tem ampla representação em seis municípios do Sul do Amazonas, dentre eles, Boca do Acre, Beruri, Lábrea e Tapauá. O objetivo da parceria é contribuir com o fortalecimento organizacional da Focimp e suas coordenações regionais, responsáveis pelas articulações e incidências nos territórios. A Focimp representa os povos indígenas Apurinã, Paumari, Jamamadi, Jarawara, Kanamanti, Banawa, Madiha Deni, Jamamadi, Camadeni, Mamori, Katukina, Karipuna, Kaxarari, Mura, Juma, Desana, Baré e Tikuna.



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS

POVO APURINÃ – TERRAS INDÍGENAS ÁGUA PRETA-INARI E SERUINI MARIENÊ

Etnomapeamentos concluídos em 2023

Os costumes, rituais e tradições do povo Apurinã da Terra Indígena Água Preta-Inari e da Seruini Marienê foram compartilhados por jovens, mulheres e anciãos durante oficinas em que construíram coletivamente os etnomapeamentos dos territórios. Os documentos apresentam os caminhos antigos e os novos, os roçados, açaiçais, castanhais e lugares de pesca, dentre outros aspectos que servem de referência para a gestão territorial e ambiental.

Na TI Água Preta-Inari, houve trocas de experiências entre gerações de artesãos que aprimoraram as técnicas tradicionais durante oficinas para confecção de bijuterias, além de peças em cerâmica e tecelagem de cestaria. Já na TI Seruini Marienê, o destaque foi para a produção da castanha-da-amazônia: as famílias coletaram 700 latas e a receita ultrapassou R\$ 15.000,00.

A Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (Opiaj) e a OPAN atuam de maneira articulada na região do alto rio Purus no Amazonas no município de Pauini.

Diretoria da Focimp em apresentação de projeto na TI Caititu. Foto: Arquivo/OPAN





Oficina de drone com brigadistas da TI Tenharim/Marmelos. Foto: Valdeson Vilaça/OPAN

BACIA DO MADEIRA POVO TENHARIM — TERRA INDÍGENA MARMELOS



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS



AÇÃO
POLÍTICA E
COMUNICAÇÃO

Brigada Indígena Kagwahiva monitora área de 508 mil hectares

As estratégias para prevenção e combate aos incêndios são parte do dia a dia da Brigada Indígena Kagwahiva, no Sul do Amazonas. A área de 500 mil hectares é monitorada com o auxílio de ferramentas como drone e banco de dados do Sistema de Informação Geográfica (SIG), aliadas aos conhecimentos tradicionais do manejo do fogo. O território Tenharim/Marmelos é acometido por incêndios com causas naturais, como raios, no período da seca, e também por ações antrópicas,

resultado do avanço do desmatamento no entorno. A OPAN coopera com a atuação dos brigadistas por meio de formações técnicas e aquisições de equipamentos.

Abertura de castanhais e planejamento da safra da castanha

Com participação de representantes da Associação do Povo Indígena Tenharin Morôgitá (Apitem), o manejo da castanha-da-amazônia foi planejado em novembro de 2023. Os acordos coletivos foram definidos durante o encontro presencial e a perspectiva é coletar o equivalente a 2.650 latas de castanha. Mais de 45 famílias do território estão inseridas nas atividades de coleta e comercialização do produto. O destaque ficou por conta da participação dos jovens na abertura de novos castanhais.

Luta por direitos

Assim como diversos outros povos indígenas do Brasil, os Tenharim e Jiahui foram severamente impactados pelo expansionismo que moveu o Estado brasileiro durante os anos da ditadura militar.

Atualmente, estes povos lutam pela reparação dos danos ocasionados pela construção da Transamazônica, além de resistirem às pressões impulsionadas pela expansão do monocultivo e outros grandes empreendimentos planejados na região. Por meio de parceria com a Apitem, Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ) e a Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (Opiam), em 2023 a OPAN somou à luta histórica dos Kagwahiva através da realização de dois encontros das capacitações aos defensores e defensoras de direitos indígenas, que reuniu cerca de 30 participantes de todas as aldeias das terras Tenharim do Marmelos e Diahui.

MÉDIO JURUÁ POVO DENI



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS

Pesca de pirarucu alcança cota de 150 peixes

O trabalho coletivo de 170 indígenas do povo Deni do rio Xeruã garantiu o alcance da cota de 150 peixes (cerca de 9,5 toneladas) na sexta pesca

manejada de pirarucu. Pescadores, transportadores, limpadores, monitores e cozinheiras realizaram a pesca em cinco dias ininterruptos, mesmo com os rios Juruá e Xeruã bem secos. A estiagem dificultou o acesso aos lagos e o transporte dos peixes dessa vez feito também por terra. O manejo sustentável de pirarucu já é uma prática incorporada à cultura do povo Deni e a principal fonte de renda para as famílias das cinco aldeias. A receita de R\$ 70.932,00 será utilizada de forma coletiva pelo povo.

6ª Pesca de Pirarucu do povo Deni

Cota autorizada e quantidade pescada
– 150 peixes

9,5 toneladas de peixe

Ganho bruto de R\$ 70.932,00

Trabalho coletivo mobilizou 170 indígenas
durante 5 dias



Reunião entre os Deni na pesca manejada de pirarucu. Foto: José Cândido/OPAN



1 Encontro de Lideranças para o Monitoramento de Direitos e Salvaguardas Socioambientais do Médio Juruá. Foto: Satya Caldenhof

Assembleia discutiu coleta, pesca, vigilância territorial e organização comunitária

A OPAN também apoiou a assembleia da Associação do Povo Deni do Rio Xeruã (Aspodex), marcada pela reeleição da diretoria atual. Por meio de projetos próprios, a associação conseguiu reformar a casa de sementes e pretende adquirir um flutuante para utilização no manejo de pirarucu. A construção do escritório também está entre os planos da gestão da Aspodex.

KANAMARI



GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL



FORTELECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

Ainda no leito do rio Xeruã, a OPAN contribuiu na gestão territorial do povo Kanamari e nas alternativas de uso sustentável do território. Um diagnóstico verificou a possibilidade de trabalho com a extração de látex, dentre os recursos naturais disponíveis nas aldeias.

A Associação do Povo Kanamari do Rio Xeruã (Aspotax) também realizou sua assembleia em 2023. O fortalecimento da Aspotax e aprimoramento das habilidades gerenciais, administrativas, e de execução de projetos foi feita por meio de uma oficina que detalhou o papel de cada pessoa e instância na gestão da associação.

ATUAÇÃO EM REDE NO AMAZONAS FÓRUM DO TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ



O rio Juruá é conhecido pela riqueza de sua biodiversidade e resiliência das populações tradicionais e povos indígenas para proteger seus ambientes e modos de vida. A região que abrange unidades de conservação e terras indígenas tem espécies endêmicas raras e uma enorme área de planície alagável, fatos que em 2018 levaram à criação do Sítio Ramsar do rio Juruá, zona húmida classificada como local de importância ecológica internacional. A governança do Sítio, com mais de 2,1 milhões de hectares, tem apoio do Fórum Território do Médio Juruá (FTMJ), rede da qual a OPAN faz parte e contribui na articulação das ações na região, especialmente no monitoramento de requerimentos minerários e empreendimentos planejados para exploração e produção de óleo e gás, além de incidências para repressão às incursões do garimpo ilegal.

Em julho de 2023, representantes das organizações públicas e privadas reuniram-se durante o “1 Encontro de Lideranças para o Monitoramento de Direitos e Salvaguardas Socioambientais do Médio Juruá”, realizado pelo FTMJ em parceria com a OPAN e outras organizações. A programação contou com palestras sobre os impactos do garimpo e da exploração de gás em diferentes regiões do país. Os participantes contextualizaram as ameaças apresentadas à calha do Juruá, um dos últimos rios livres de atividade garimpeira no Amazonas, e encaminharam estratégias para enfrentamento de atividades que podem impactar o território e as comunidades.



Mulheres Deni, Kanamari e Kulina na III Marcha das Mulheres. Foto: Talita Oliveira/OPAN

Direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado

Uma das principais salvaguardas aos direitos das populações do Médio Juruá é o Direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (DCCLPI). Em meados de 2023 a OPAN passou atender a demanda do FTMJ por informações sobre este direito. Além de eventos temáticos e reuniões com as diversas organizações de base comunitária e lideranças, a OPAN tem utilizado as reuniões permanentes do Fórum para compartilhar informações técnicas e construir conhecimentos sobre DCCLPI visando a elaboração de um protocolo de consulta das comunidades locais.

Marcha das Mulheres Indígenas



EQUIDADE DE GÊNERO



AÇÃO POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

A participação na III Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília (DF) foi um momento de incidência política e defesa dos modos de vida ancestrais das indígenas do Amazonas. As Kanamari, Deni e Madiha Kulina, integrantes da delegação do Médio Juruá, entoaram cantos sagrados pela primeira vez na mobilização e acompanharam atentas as discussões trazidas pelas mulheres indígenas de diferentes biomas. Já as mulheres Paumari, que haviam participado da segunda edição da Marcha, retornaram à capital federal em 2023 para compartilhar as conquistas da caminhada e luta constante por direitos individuais e coletivos. Além disso, as Paumari aproveitaram a oportunidade para expor e comercializar a cestaria produzida pelas mulheres, cultura retomada recentemente e que tem sido motivo de orgulho e fonte de renda para as indígenas. O momento de aprendizado, intercâmbio e articulação entre os povos foi celebrado pelas indígenas e indigenistas que participaram do evento.





MATO GROSSO

Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Rio Juruena. Foto: Guilherme Ruffing/OPAN

BACIA DO JURUENA MONITORAMENTO DE PRESSÕES E AMEAÇAS



AÇÃO
POLÍTICA E
COMUNICAÇÃO



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL

O Boletim de Monitoramento de Pressões e Ameaças a Terras Indígenas, elaborado pela OPAN, revelou o aumento alarmante de projetos de empreendimentos hidrelétricos previstos para a bacia hidrográfica do rio Juruena, localizada no Noroeste de Mato Grosso. De acordo com o último levantamento de 2023, 179 usinas hidrelétricas estavam projetadas para a região, um aumento de 39,8% em comparação aos dados de 2019, quando foram identificados 128 empreendimentos.

A bacia é a mais extensa do estado: abrange 29 municípios, 23 territórios de vários povos indígenas e uma área de drenagem de 19 milhões de hectares. O monitoramento feito pela equipe do Programa de Direitos revelou para o período 20% das usinas em operação, 10% em construção e os outras 70% em fase de planejamento.

As Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) respondem por 46% dos empreendimentos (82), as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) correspondem a 40% (72) e as Usinas Hidrelétricas (UHEs) somam 14% (25).

Também foi realizado um trabalho de monitoramento de pressões e ameaças utilizando imagens de satélite. Esse processo teve a validação e contribuição dos povos Manoki (TI Manoki)

Estudos subsidiam incidência de povos indígenas e comunidades tradicionais do Juruena

A pedido da OPAN, os pesquisadores Pedro Bara e Sidney Tadeu Rodrigues, em colaboração com David Harrison, classificaram os riscos socioambientais associados aos empreendimentos previstos para a bacia do Juruena. O relatório técnico publicado em 2023 detalha os projetos que oferecem maiores danos socioambientais na bacia, com destaque para a CGH prevista para ser construída no curso do rio Papagaio.

Leia o estudo no site da OPAN:

www.amazonianativa.org.br

Localizada na transição entre o Cerrado e a floresta amazônica, a sub-bacia do rio Papagaio é o único corredor de vegetação nativa remanescente entre as duas maiores manchas de Cerrado existentes na região. A área é extremamente relevante para a sociobiodiversidade.

e Apiaká (TI Apiaká do Pontal e Isolados) que participaram de maneira efetiva no levantamento das informações sobre as pressões e ameaças aos seus territórios. No caso da TI Apiaká do Pontal e Isolados, as informações foram compartilhadas com a Coordenação Geral de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), da Funai.

Outro monitoramento foi feito com o objetivo de avaliar a questão da atividade pesqueira no território do povo Enawene Nawe. Um relatório e uma nota técnica foram elaborados e posteriormente considerados como subsídios pela Defensoria Pública da União (DPU). As informações constam no processo de renegociação do acordo de compensação com os empreendedores do complexo de PCHs no rio Juruena, responsáveis pelos impactos causados sobre os seus rituais.



Apresentação de estudo sobre a UHE Castanheira na SEMA.
Foto: Laís Costa/Formad

Outro estudo divulgado em 2023, de autoria de Simone Athayde, Renata Utsunomiya, equipe indigenista do PDI e pesquisadores associados, foi apresentado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT), no mês de maio.



Mobilização contra a UHE Castanheira no ATL. Foto: Larissa Silva/Rede Juruena Vivo

O laudo técnico - “Análise da avaliação de impactos cumulativos no processo de planejamento e licenciamento da UHE Castanheira” - constatou a inviabilidade econômica, ambiental e cultural do projeto que seria construído no rio Arinos, no município de Juara. Os impactos do empreendimento poderiam afetar, além dos Rikbaktsa, os Apiaká, Kayabi, Munduruku e Tapayuna, indígenas isolados e outras populações rurais e urbanas dos municípios da região.

REDE JURUENA VIVO

Campanha para arquivar o licenciamento da UHE Castanheira foi lançada no Acampamento Terra Livre, em Brasília



**AÇÃO
POLÍTICA E
COMUNICAÇÃO**



**GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL**



**FORTEALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS**

As faixas e camisetas com os dizeres “O rio Arinos é sagrado. Não à Castanheira!” e “Usina Castanheira? Quem paga essa conta?” alertaram indígenas de outros estados do Brasil na edição de

2023 do Acampamento Terra Livre (ATL). A campanha contra a UHE Castanheira durante o acampamento foi mais um passo na mobilização e resistência popular que durou mais de uma década, mas que resultou, em 2024, na notícia de arquivamento do processo de licenciamento.



Liliane Xavier no Festival Juruena Vivo. Foto: Caio Mota

10 anos do Festival Juruena Vivo: encontro reuniu mais de 400 pessoas

A aldeia Nova Munduruku, na Terra Indígena Apiaká-Kayabi, acolheu o encontro que celebra o rio Juruena e quem vive dele e para ele. Com o tema “Conectando territórios e somando

lutas para o bem viver”, a 10ª edição do Festival Juruena Vivo teve diálogos sobre o avanço de frentes predatórias de exploração, mudanças climáticas, alterações na lei da pesca, protocolos de consulta, cadeias de valor da sociobiodiversidade, comunicação popular e demarcação de territórios.

“A Rede é esse lugar de conexões entre as pessoas que vivem aqui, que trabalham e se preocupam com a vida da região. E os festivais são encontros de festa e luta. Luta para assegurar direitos e enfrentar as ameaças. E um momento para festejar as belezas, a diversidade e os avanços. É uma história que começou com poucas pessoas e agora se espalha por uma região inteira, porque todo mundo se percebe nessa realidade comum”, explica Liliane Xavier, indigenista da OPAN.

Quem participou do festival também destacou os momentos de troca de sementes, a agenda esportiva, o desfile cultural indígena, as apresentações culturais e o baile popular!



Comunicadores da Rede Juruena Vivo.
Foto: Dafne Spolti/OPAN

Comunicação popular fortalecida

A comunicação como ferramenta de luta e combate à desinformação tem se destacado no dia a dia da Rede Juruena Vivo. O Coletivo Olhos D’Água de Comunicação Popular reverberou as pautas socioambientais no site da articulação, no boletim em áudio “Fala Juruena”, em mais uma edição impressa do jornal “Juruena em Foco”, nas redes sociais e se fortaleceu em encontros presenciais e online.

Os comunicadores também enfrentaram novos desafios e dedicaram-se a coberturas de eventos nacionais e regionais, como o Acampamento Terra Livre de Mato Grosso; a edição nacional do ATL; também cobriram encontros de mulheres indígenas, assembleias dos povos indígenas de Mato Grosso e o Festival Juruena Vivo.

A 28ª edição da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), COP28, realizada em Dubai (Emirados Árabes Unidos), também teve cobertura especial por meio das atualizações compartilhadas por Tipuici Manoki nas redes da articulação.



Oficina de etnomapeamento na TI Apiaká do Pontal e Isolados. Fotos: Rodrigo Tawada/OPAN

TERRA INDÍGENA APIAKÁ DO PONTAL E ISOLADOS



AÇÃO
POLÍTICA E
COMUNICAÇÃO



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS

No extremo Norte de Mato Grosso, a Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados forma uma barreira verde com o estado do Pará. A área de quase um milhão de hectares está delimitada e é sobreposta em mais de 90% pelo Parque Nacional do Juruena, gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Apiaká, Munduruku e indígenas isolados vivem no local margeado por dois grandes rios: o Juruena, na margem esquerda, e o Teles Pires, na direita.

A OPAN também tem participado ativamente das reuniões do Conselho Gestor do Parque Nacional do Juruena (Conparaju) e, dentro das atividades da câmara técnica de sobreposição, tem contribuído na construção dos planos de visitação das aldeias Matrinxã, Pontal e Kanindé, bem como no processo de negociações no sentido da anuência da Funai e do ICMBio para execução das atividades de turismo de base comunitária na área sobreposta.

Os mapeamentos de uso de recursos, pressões e ameaças do território possibilitou a construção do etnomapeamento e do etnozoneamento,

parte da construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) desse território, e também poderá auxiliar nos diálogos para a atualização do Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena.

As associações Tapií'ô e Uruw'y, que representam a terra indígena, têm se dedicado a monitorar o território com mais frequência e com o auxílio de instrumentos tecnológicos para abranger a área de vigilância, realizando formações sobre o Sistema de Informações Geográficas (SIG), através de ferramentas como o QGIS e o ACI/SOMAI. O garimpo ilegal e outras atividades que impactam a comunidade são cada vez mais denunciadas.

Em 2023, as duas associações buscaram aprimorar os conhecimentos com a realização de oficinas. Foram abordados temas sobre as políticas que favorecem a autonomia indígena; os editais de financiamentos para apoio à implementação de atividades orientadas pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a gestão das associações e a prestação de contas.

Calendário ecológico

Em 2023 também foi concluído o calendário econômico ecológico com informações sobre sazonalidade da coleta dos produtos da sociobiodiversi-



Tutãra: concha de uso tradicional do povo Rikbaktsa encontrada no rio Arinos. Foto: Adriano Gambarini/OPAN

dade, da caça, pesca, dos roçados e quintais, da caça, pesca, dos roçados e quintais. Cada espécie listada foi associada aos diferentes tipos de usos, como alimentação, remédio, artesanato, construção (de casas, canoas ou barracões), confecção de utensílios domésticos, utilização para pesca e ornamentação. O levantamento apresenta as percepções indígenas sobre as mudanças no clima e, conseqüentemente, no meio ambiente. O calendário pode ser utilizado para aprimorar as atividades individuais ou coletivas, a exemplo da pesca. Por conta da localização na região amazônica, as duas estações predominantes são o verão e o inverno. Os plantios de mandioca, milho, cará, cana e frutas como melancia, abacaxi e mamão são feitos entre setembro e novembro, na transição do período seco para o chuvoso.

A OPAN também atua em parceria com as associações das aldeias Matrinxã e Pontal no arranjo produtivo da castanha-da-Amazônia.

POVO RIKBAKTSA



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL

Tutãra é o colar de casamento confeccionado pelo povo Rikbaktsa: é uma peça de arte plumária sofisticada adornada pelo pequeno molusco, coletado nas margens do rio Arinos. As práticas culturais, a sociocosmologia e a organização social do povo Rikbaktsa estão relacionados ao colar, descrito de maneira minuciosa no relatório técnico “Saber, fazer, existir: o povo Rikbaktsa, o *Tutãra* (colar de casamento) e o rio *Tutãra itsik* (“água de concha” ou rio Arinos)”, elaborado pela antropóloga Adriana Athila e encomendado pela OPAN.

Em 2023, houve uma expedição ao rio Arinos com o objetivo de iniciar um processo de inventário participativo do saber relacionado a elaboração do colar *Tutãra*. A pedido do povo Rikbaktsa, a OPAN contribuirá para o pedido de registro de patrimônio cultural imaterial junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



Elaboração conjunta do protocolo de consulta dos Tapayuna (Kajkwakratxi). Foto: Wengrontxi Suya Trumai

POVO APIAKÁ-KAYABI E TAPAYUNA ELABORAM PROTOCOLO DE CONSULTA



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



AÇÃO
POLÍTICA E
COMUNICAÇÃO

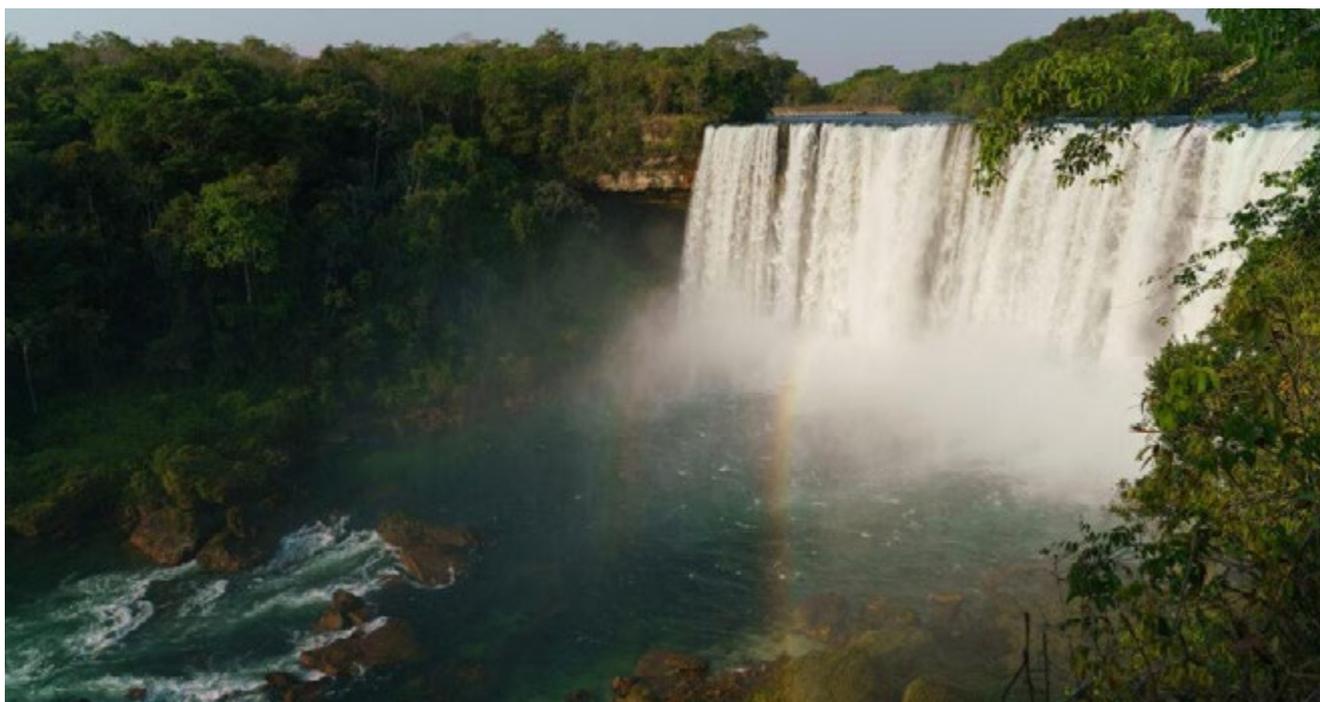
O protocolo de consulta e consentimento livre, prévio e informado do povo Tapayuna (Kajkwakratxi) foi concluído e contou com assessoria técnica da OPAN.

O povo Tapayuna (Kajkwakratxi) luta pela demarcação de seu território tradicional, localizado no Noroeste do estado, entre os rios Arinos e Sangue, próximo ao município de Diamantino (180 km de Cuiabá). No início dos anos 1970, os Tapayuna foram retirados de seu território de origem e transferidos para o Território Indígena do Xingu (TIX). A retomada foi definida como prioridade para o povo que conhece as pressões sobre o território tradicional.

Na Terra Indígena Apiaká-Kayabi, a experiência de construção de um plano de consulta engajou os povos do território multiétnico na definição de regras para consulta à CGH Estrela de Fogo.

A Terra Indígena (TI) Apiaká-Kayabi, no município de Juara (MT), se estende por 109,2 mil hectares e foi homologada em 1991. Os barramentos no rio Teles Pires já impactaram o território que também é pressionado por outras atividades ilegais, como a extração de madeira.

O direito à consulta é assegurado na Convenção 169 da OIT e baseia-se nos princípios da prevenção e precaução. Assegura que todas as comunidades possivelmente impactadas devem ser consultadas, de acordo com o protocolo definido por cada povo. As oficinas com participação de várias gerações foram realizadas em 2023.



Salto Utiariti, entre as Terras Indígenas Tirecatinga e Utiariti. Foto: Ana Momm.

POVO HALITI-PARESI



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS

A implementação do etnoturismo ou turismo de base comunitária é um dos pilares do Plano de Gestão Territorial e Ambiental do povo Haliti-Paresi. O território está situado na divisa das bacias do rio Amazonas e do rio Paraguai e tem a Chapada dos Parecis como planalto proeminente. As águas são abundantes e as nove aldeias que trabalham com turismo estão distribuídas entre os rios Arinos, Sacre, Papagaio, Rio Verde, nas cabeceiras do rio Guaporé, Juruena e Paraguai. Um verdadeiro berço de águas e de cachoeiras.



Três aldeias já operam pacotes de turismo de base comunitária: Salto da Mulher, Quatro Cachoeiras e Wazare. Em 2022, foram feitas expedições experimentais com dois grupos de turistas, com 12 pessoas em cada um, residentes em várias partes do Brasil. Os roteiros contemplavam hospedagem em hatis (moradias tradicionais), banhos em rios de águas cristalinas e uma imersão na cultura e sociobiodiversidade do povo Haliti. Após essa experiência, além de encontros com lideranças de associações, os planos de visita foram aprimorados e dois estão em fase de conclusão.

Parceria com IFMT (campus Tangará da Serra) terá formação em Turismo

Outro desdobramento visando a implementação do etnoturismo está articulado ao Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), campus Tangará da Serra, que deve ofertar o curso de Formação Inicial Continuada (FIC) para uma turma com 40 indígenas e carga horária de 200 horas de aulas. A articulação interinstitucional visa aprimorar os roteiros e implementar o turismo de base comunitária em mais aldeias.

Turistas na expedição experimental, em 2022.
Foto: Ana Momm



Roças e quintais produtivos na Terra Indígena Portal do Encantado, do povo Chiquitano. Foto: Paulo Eberhardt/OPAN

BACIA DO PARAGUAI /POVO CHIQUITANO



GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

Aldeados e não-aldeados nas cidades de Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade, os indígenas Chiquitano lutam pela sobrevivência de sua cultura no Oeste de Mato Grosso, a poucos quilômetros da fronteira boliviana.

A OPAN retomou a parceria com o povo Chiquitano para contribuir na gestão territorial e fortalecimento das organizações comunitárias. As terras indígenas do povo estão em processo de identificação e sofrem pressões de diversos tipos: avanço do desmatamento e de plantações de soja (que resultam também em contaminação dos rios por agrotóxicos), grilagem e mineração, para citar as mais proeminentes. A Terra Indígena Portal do Encantado é a única demarcada.

Em 2023, foi concluído o “Diagnóstico Socioeconômico, Cultural e Ambiental”, realizado de modo participativo com informações sobre a situação atual do povo e que permite delinear as perspectivas de atuação dentro e fora das aldeias.

A outra frente de atuação com os Chiquitano foi iniciada em 2021. As roças, quintais e hortas comunitárias já garantem melhoria na segurança alimentar do povo e geram renda para mais de 30 famílias que comercializam os produtos excedentes. Banana, feijão, milho e macaxeira são os destaques da produção da agricultura tradicional, protagonizada pelas mulheres indígenas.



EQUIDADE DE GÊNERO



AÇÃO POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

Manifestação em defesa da demarcação territorial no ATL. Foto: Kaio Lymnk

Além da atuação na agricultura, as mulheres do povo Chiquitano dedicam-se ao artesanato, à costura, e também ao Curussé, manifestação cultural carnavalesca que reúne todas as gerações,

aldeados e não-aldeados. A mobilização do povo para manter sua identidade cultural também passa pelo envolvimento dos jovens, seja nas atividades do grupo “Beija Flor” ou na incidência em espaços públicos por meio da comunicação digital.

ARAGUAIA POVO XAVANTE DE MARÃIWATSÉDÉ



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS

Coletoras de sementes e a restauração ecológica

Uma década após a desintrusão do território de Marãiwatsédé (“mata fechada”), o povo Xavante planta para que o significado “literal” do nome de sua terra fique visível o quanto antes. 70% da vegetação nativa da Terra Indígena Marãiwatsédé, no Leste de Mato Grosso, foi desmatada, resultado de um processo de exploração da terra por latifundiários que durou mais de 40 anos.

As “estradas” que conduzem para a “mata fechada” e para a restauração dos ecossistemas (e da vida) da terra indígena considerada a mais devastada da Amazônia Legal são trilhadas por mulheres, de várias gerações. As mais de 120 “Mulheres Xavante Coletoras de Sementes - *Pi’õ Rómha ma’ Ubomrõi’wa*” - coletam, selecionam e comercializam uma parte das sementes nativas, utilizadas para recuperar áreas degradadas. A Rede de Sementes do Xingu organiza o arranjo da produção e venda das sementes.

As expedições em busca de sementes também se configuram como ocasiões para trocas de saberes entre as anciãs e as mulheres jovens. E fortalece a vigilância territorial.

A participação feminina durante a retomada do território é significativa: das 21 aldeias do



Mulheres no percurso para coleta de sementes.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

povo Xavante Marãiwatsédé, seis são lideradas por mulheres cacicas. As mulheres também atuam na agricultura tradicional dos roçados e cultivam banana, mandioca, abóbora, baru, pequi e feijão-de-porco. A soberania alimentar é outro ponto fundamental para o bem-viver nas aldeias.

Coleta de sementes em 2023

- 35 espécies de sementes coletadas
- 1788 quilos de sementes comercializadas
- Receita bruta de R\$ 65.299,31 – Os valores são divididos entre as coletoras, de acordo com a quantidade e tipos de sementes
- A parceria com a Rede de Sementes do Xingu garante o beneficiamento e armazenamento adequado nas Casas de Sementes



Certificação da oficina para aplicação do kit pedagógico da mochila florestal, voltado à prevenção a incêndios. Foto: Túlio Paniago/OPAN

A técnica da muvuca de sementes é uma das possibilidades de efetuar a restauração ecológica porque reúne diferentes tipos com funções biológicas e ciclos de vida de espécies nativas dos biomas brasileiros, a exemplo do baru, caju e mamona.

Etnozoneamento ganha atualização

Para garantir a semeadura, é preciso conhecer e monitorar o território das 21 aldeias, totalizando mais de 165 mil hectares. Em 2023, a OPAN facilitou a atualização do etnozoneamento da TI Marãiwat-sédé. A partir dos usos do território, a comunidade identifica as áreas sagradas, os locais de caça, pesca, das roças, além das zonas que ainda estão degradadas e sofrem ameaças. O trabalho do etnozoneamento utiliza a metodologia da cartografia social e os mapas construídos pela comunidade, um processo valioso de transmissão de conhecimento entre as gerações.

Processo de criação de mochila florestal para o trabalho do Manejo Integrado do Fogo virou curta-metragem

Outro destaque da atuação com o povo Xavante foi na prevenção de incêndios e no manejo integrado do fogo que consome parte do território todo ano. Pela primeira vez, a ferramenta peda-

gógica da mochila florestal, já desenvolvida em outros países, foi elaborada a partir da cosmovisão de uma comunidade indígena. O processo de criação durou um ano e foi registrado pelo cineasta Laércio Miranda no curta-metragem “Mochila Florestal Xavante”. O documentário conta com relatos de lideranças Xavante que acompanharam todo o processo, desde a pactuação até a implementação do projeto piloto.

A iniciativa visa a redução dos incêndios florestais a partir da sensibilização e da incorporação de novas práticas para prevenção de incêndios florestais nas aldeias e entornos.



Assista no YouTube da OPAN em www.youtube.com/operacaoamazonianativa



Oficina de introdução à cartografia, uso de aplicativos e ferramentas de monitoramento e vigilância territorial com povos Karajá e Kanela do Araguaia. Foto: Adryan Nascimento/OPAN

MÉDIO ARAGUAIA POVOS INY KARAJÁ, KANELA DO ARAGUAIA E TAPIRAPÉ



GESTÃO
TERRITORIAL
E AMBIENTAL



FORTALECIMENTO
DAS
ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS



EQUIDADE
DE GÊNERO

Ainda na região do rio Araguaia e seus afluentes, a OPAN tem realizado parcerias com os Tapirapé, autodenominados Apyãwa, os Karajá, autodenominados Iny, Kanela do Araguaia, Maxacali e Krenak através de ações que garantem o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos.

Na linha de gestão territorial, destaca-se a realização de duas oficinas e seus desdobramentos: uma formação de cartografia social para mapear as áreas de roçados tradicionais e construir mapas que

serão utilizados no monitoramento do território. E outra, específica sobre manejo do fogo, para identificar os acordos comunitários e as possibilidades de atuação das brigadas nos territórios.

A estruturação da brigada do povo Tapirapé foi contemplada em um projeto que prevê formação técnica para uso de drone, por exemplo, e aquisição de equipamentos para a vigilância do território.

O fortalecimento institucional das associações contribuiu para a aprovação de quatro projetos no valor total de R\$ 205 mil, além da regularização de três associações. As ações prioritárias são na área de soberania e segurança alimentar e gestão territorial. Os roçados dos povos Iny Karajá, Tapirapé e Kanela do Araguaia receberam apoio da OPAN com perspectivas de aumento na produção de alimentos.



Participação das Iny Karajá no III Encontro de Mulheres Indígenas.

O povo Iny Karajá foi representado por jovens lideranças na Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília. A conexão com “mulheres biomas” de todo o Brasil resulta na troca de conhecimentos, experiências e criação de novos vínculos durante o intercâmbio cultural. A participação das mulheres em discussões e espaços de reflexão dentro e fora das aldeias é realidade para várias organizações de base. A definição das representantes nos eventos é feita pela comunidade e visa promover a participação equitativa nos espaços públicos.

CLIMA

A OPAN foi admitida no Observatório do Clima (OC), em abril de 2023, para somar com o coletivo de mais de cem organizações membro que também estão dedicadas ao enfrentamento às mudanças climáticas.

Fundado em 2002, o Observatório destaca-se no monitoramento de políticas públicas relacionadas à agenda de clima, além da produção de conhecimento técnico e científico sobre o tema. É reconhecido pelas estratégias de advocacy, comunicação e litigância, incidência sobre políticas públicas e luta pela proteção e aprimoramento da governança socioambiental no Brasil.

Intercâmbio climático

Nos dias 29 e 30 de setembro, em Cuiabá (MT), membros da Rede Juruena Vivo, indígenas e não indígenas, tiveram uma aula com Sineia do Vale, do povo Wapichana, referência nas discussões globais sobre clima. Indígenas dos povos Rikbaktsa, Manoki, Haliti-Paresi, Kawaiwete (Kayabi), indigenistas da OPAN e comunicadores conheceram um pouco mais das atividades do Conselho Indígena de Roraima (CIR), organização indígena com mais de 50 anos, e suas experiências no campo da gestão territorial.

Sineia detalhou as ações realizadas em Roraima, como os planos de enfrentamento elaborados para três regiões, os planos de gestão territorial com componentes específicos sobre o clima, além de outras atividades como vigilância e proteção, prevenção e controle do fogo e outras.

No mês seguinte, entre 23 e 27 de outubro, foi a vez de membros da OPAN, da Rede Juruena Vivo e representantes dos povos Rikbaktsa, Manoki e Kawaiwete conhecerem de perto a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, território símbolo da luta pelos direitos dos povos indígenas.

O “Intercâmbio de experiências locais de povos indígenas sobre mudanças climáticas” foi organizado pelo CIR, pela Rede de Cooperação Amazônica



Discussão sobre direitos indígenas e gestão territorial em evento na COP28, em Dubai.

(RCA) e pela OPAN com o objetivo de discutir temas importantes ligados à agenda de clima, entre eles gestão territorial e incidência internacional.

Incidência internacional

Os intercâmbios fortaleceram ainda mais as estratégias de incidência dos povos indígenas nas instâncias internacionais, a exemplo da participação no Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP, na sigla em inglês), que tradicionalmente abre as atividades da Conferência do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) da Convenção Quadro das

Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

Já na edição da Convenção do Clima (COP28), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, uma notícia foi comemorada pelo movimento indígena brasileiro: Sineia Wapichana, do CIR, será a próxima co-presidente para a América Latina e Caribe do Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas, o Caucus Indígena. No mesmo evento, e para fechar o ciclo de 2023, foi apresentado o longo tecido com desenhos e mensagens dos territórios, feitas durante o intercâmbio de experiências locais sobre mudanças climáticas, realizado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.



Membros da Rede Juruena Vivo com Sineia do Vale, do CIR, após aula sobre gestão territorial e mudanças climáticas. Foto: Dafne Spolti/OPAN

ATUAÇÃO EM REDE FORTALECE CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL DE MATO GROSSO

Combate à desinformação, mobilização popular e resistência foram alguns dos destaques de 2023 no campo socioambiental em Mato Grosso. A atuação em rede foi marcada pelo enfrentamento de pautas danosas aos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e também ao meio ambiente. Boa parte das propostas “antiambientais” de 2023 vieram do poder Legislativo e Executivo de Mato Grosso. Destaca-se a resistência e mobilização do Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad), rede criada em 1992, composta por 38 organizações, que esteve presente nas principais lutas socioambientais travadas no estado.

A OPAN também integra o Observatório Socioambiental de Mato Grosso (Observa-MT), uma rede de incidência política, composta por instituições que defendem o desenvolvimento sustentável, a proteção e a garantia dos direitos dos povos indígenas e tradicionais e o cumprimento e consolidação da legislação ambiental. O Observa-MT também dedica-se à produção articulada de informações qualificadas – com análises técnicas e jurídicas – independentes e acessíveis para influenciar de forma propositiva as políticas socioambientais de Mato Grosso.

Outro destaque para a produção de dados e monitoramento de programas e projetos de infraestrutura é do GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental que reúne mais de 50 organizações da sociedade civil. A atuação da rede é marcada pelo enfrentamento de projetos ou obras de alto risco socioambiental.



Rio Juruena. Foto: Adriano Gambarini/OPAN

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2023

2023

Despesa administrativa	R\$ 629.624,46	5,1%
Recursos Humanos	R\$ 5.123.479,22	41,5%
Consultorias e assessorias	R\$ 417.196,59	3,4%
Despesa de atividades	R\$ 5.948.152,82	48,2%
Comunicação	R\$ 152.012,37	1,2%
Imobilizado	R\$ 78.665,04	0,6%
Total	R\$ 12.349.130,50	100,0%

Em 2023, os gastos totais da OPAN somaram R\$ 12.349.130,50. As receitas oriundas de 34 projetos foram alocadas em várias categorias, com destaque para despesas com atividades que representam 48,2% do total. As idas a campo, apoio às organizações e eventos estão contemplados no montante.

A segunda maior parcela, de recursos humanos, engloba a remuneração e direitos trabalhistas das equipes da organização. 57 pessoas estavam vinculadas à OPAN e ao Formad, em 2023, nos programas institucionais, setores e coordenações.

Os dois maiores investimentos representam a metodologia indigenista da OPAN, pautada na ação direta, por meio do envolvimento nas ações e projetos definidos como prioritários pelos povos indígenas do Amazonas e de Mato Grosso.

EQUIPE OPAN 2023

Conselho Fiscal

Luana Fowler Fatori
Tarsila dos Reis Menezes
Marcos Ramires

Coordenação Executiva

Coordenador geral
Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenador técnico
Gustavo Falsetti Viviani Silveira

PROGRAMA AMAZONAS

Coordenação
Diogo Henrique Giroto

Coordenação de projetos
Felipe Rossoni

Indigenistas
Antonio Miranda de Andrade Neto
Cristabell Lopez Palomino
José Cândido Lopes Ferreira
Leonardo Kurihara
Magno de Lima dos Santos
Tainara Proença
Valdeson Vilaça

Auxiliares de logística
Antonio das Chagas de Paula
Carlos Rodrigues Araújo

PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE

Coordenadora
Andreia Fanzeres

Gestora de projetos
Maitê Tambelini

Coordenadores de projetos
Renato Rodrigues Rocha
Ricardo Carvalho

Indigenistas
Edemar Treuherz
Liliane Xavier
Renato Rodrigues Rocha
Ricardo da Costa Carvalho
Michel de Andrade

Advogadas
Brisa Libardi
Mariana Lacerda
Márcia Dias
Adriele Précoma

Auxiliar de indigenismo
Cristian Felipe Rodrigues Pereira

Programa Mato Grosso

Coordenadora
Artema Lima

Coordenadoras de projetos

Lola Rebollar
Luciana Rebellato

Indigenistas

Adryan Araujo Nascimento
Cassiano de Oliveira dos Santos
Elizabeth Carolina Pinheiro Zaratim
Giovanny Vera
Paulo Eberhardt
Marcelo Okimoto
Rodrigo Tawada

SETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Gerente administrativo-financeiro
Daniel Luid Campos

Técnicos administrativo-financeiros
Jonia Terezinha Fank
Juliana Vieira da Silva
Danilo Santos

Recursos Humanos
Jonia Terezinha Fank
Lucirlene Pereira da Silveira

Auxiliares-administrativas
Amylly Beatriz de Souza Silva
Rosângela Aparecida Alves Rodrigues

Secretária
Lucirlene Pereira da Silveira

Contabilidade
Lauro José de Souza

Luis Eduardo P. dos Santos

SETOR DE COMUNICAÇÃO

Coordenadora
Dafne Spolti

Comunicadores
Marina Rabello
Talita Oliveira
Túlio Paniago

FÓRUM POPULAR SOCIOAMBIENTAL DE MATO GROSSO

Secretário-executivo
Herman Hudson Oliveira

Comunicadora
Bruna Pinheiro

Advogada
Bruna Medeiros Bolzani

PARCEIROS





EXPEDIENTE

Texto

Laís Costa

Revisão

Andreia Fanzeres

Artema Lima

Dafne Spolti

Daniel Luid Campos

Diogo Henrique Giroto

Felipe Rossoni

Gustavo Silveira

Ivar Busatto

Lola Campos

Luciana Rebellato

Renato Rocha

Ricardo Carvalho

Talita Oliveira

Foto de capa

Mãos de mulheres Paumari.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

Arte e diagramação

Lucas Rampazzo

Ícones

Rubem Hojo and Phil, Noun Project

Canais e redes da OPAN

amazonianativa.org.br

[/operacaoamazonianativa](https://www.instagram.com/operacaoamazonianativa)





amazonianativa.org.br